

Câmara de São Caetano aprova comissão para investigar ex-prefeito José Auricchio

Redação

Restos a pagar de R\$ 300 milhões entram na mira da CPI aprovada por ampla maioria

Uma nova frente de apuração foi aberta no Legislativo de São Caetano do Sul. Os vereadores aprovaram a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a conduta fiscal da administração do ex-prefeito José Auricchio Júnior (PSD) durante o ano de 2024, último de seu mandato. A decisão foi tomada em sessão plenária nesta semana e marca o início de uma investigação que pode ter desdobramentos judiciais.

A proposta partiu do vereador Marcel Munhoz (Progressistas), aliado do atual prefeito Tite Campanella (PL). De acordo com o autor da iniciativa, há sinais preocupantes de possíveis irregularidades na gestão orçamentária do município. Ele aponta que o aumento expressivo da dívida pública e a presença de passivos não quitados exigem esclarecimentos mais profundos.

Levantamentos apresentados na justificativa da CPI revelam que a dívida consolidada do município praticamente dobrou ao longo do ano passado. O montante, que era de pouco mais de R\$ 429 milhões no início de 2024, saltou para R\$ 824,9 milhões ao final do mesmo período. Além disso, vieram à tona cerca de R\$ 300 milhões em restos a pagar, elevando ainda mais o comprometimento financeiro da cidade.

A criação da comissão foi aprovada com ampla maioria: 16 vereadores votaram a favor, enquanto três foram contrários e um se absteve. A oposição à investigação veio, em sua maioria, de parlamentares que atuaram como secretários no governo anterior. Matheus Gianello (PL) e Olyntho Voltarelli (PSD), por exemplo, foram ordenadores de despesa na gestão Auricchio e rejeitaram a proposta. Já Luiz Galarraga (PL), também ex-secretário, optou pela abstenção.

Responsável por comandar a Câmara atualmente, o vereador Carlos Humberto Seraphim (PL) também foi vice-prefeito na gestão anterior. Apesar do vínculo político com Auricchio, ele declarou não temer a investigação e afirmou que

responderá apenas pelos atos que assinou diretamente enquanto ocupava o cargo.

Segundo o regimento, a CPI terá prazo inicial de 120 dias, com possibilidade de prorrogação por mais quatro meses. Ao final, o relatório poderá servir de base para o envio de denúncias ao Ministério Público de São Paulo, caso sejam constatadas práticas de má gestão ou atos dolosos. Entre as consequências possíveis estão ações por improbidade administrativa e eventual inelegibilidade do ex-prefeito por até oito anos.

A composição oficial da comissão – presidente, relator e membros – será definida ainda nesta semana, conforme cronograma da Mesa Diretora. A expectativa é de que os trabalhos se iniciem já nos próximos dias, com requerimentos de documentos e convocação de depoentes.

<https://folhajournal.com.br/news/c326d7b9-da94-4a56-9113-32ee10f25b5f>

Veículo: Online -> Site -> Site Folha Jornal

Seção: São Caetano